

# Breve reflexão sobre a lógica das elites econômicas brasileiras

**DIESE - GT Conjuntura, 06 de agosto de 2012.**

Em meio às dificuldades da economia brasileira, dois estudos recentemente divulgados ilustram como o poder econômico está concentrado em pouquíssimas pessoas que, nos tempos que correm, controlam os destinos do mundo, solapando a ação do Estado e obstruindo qualquer possibilidade de controle social sobre os rumos da economia. Informações que também ajudam a confirmar características das elites nos países subdesenvolvidos, com passado de colonização e presente de dependência, como o Brasil.

A primeira pesquisa mostra que, no Brasil, corporações estrangeiras adquiriram 167 empresas de capital nacional no primeiro semestre de 2012, a maior liquidação de empresas privadas brasileiras num único semestre de toda a história do país, batendo o recorde do primeiro semestre de 2011 (94 empresas desnacionalizadas). São dados da última Pesquisa de Fusões e Aquisições da consultoria KPMG. A maior parte (71 empresas nacionais) foi adquirida por transnacionais com sede nos EUA, seguido por corporações da França (13 empresas nacionais adquiridas), da Inglaterra (12 empresas) e da Alemanha (11 empresas), entre outras. O capital estrangeiro adquiriu controle de empresas nos mais diversos setores da economia: de serviços para empresas (21 desnacionalizações) e tecnologia da informação (17), passando por produtos químicos e farmacêuticos (17), alimentos, bebidas e fumo (9), telecomunicações e mídia (8), mineração (7), entre outros. Desde 2004, passaram a ser controladas de fora do país nada menos que 1.167 empresas que antes eram nacionais, sendo 86,5% destas (1.009 empresas) desnacionalizadas após 2006, ano em que o Governo Federal passou a facilitar o ingresso no País do chamado “investimento direto estrangeiro”, eufemismo para a compra de empresas nacionais por transnacionais.

A segunda e mais impressionante informação evidencia o que fazem os antigos empresários nacionais com os recursos que recebem por desnacionalizarem suas empresas, juntamente com os demais membros da seleta elite dos milionários do

planeta. O Brasil é o quarto país com maior volume de recursos depositados no exterior. Em 2010, nada menos do que US\$ 520 bilhões (cerca de R\$ 1,05 trilhão) estavam depositados pelos mais ricos do país em paraísos fiscais. O valor é equivalente a quase 30% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrado em 2010, de R\$ 3,7 trilhões, e muito superior à dívida externa do Brasil, que está em US\$ 303 bilhões.

São dados do relatório *The Price of offshore revisited* (O preço do dinheiro em paraísos fiscais revisitado, em tradução livre) da ONG inglesa *Tax Justice Network* (Rede de Justiça Tributária, em tradução livre), elaborado pelo economista James Henry. Trata-se do mais completo mapeamento dos recursos financeiros investidos em paraísos fiscais, como a Suíça, as Ilhas Cayman e o Uruguai, e não declarados às autoridades nacionais, como a Receita Federal, no Brasil. A fortuna dos ricos brasileiros no exterior só perde para a dos chineses (US\$ 1,1 tri), dos russos (US\$ 798 bi) e dos coreanos (US\$ 779 bi). No total, o estudo estima em pelo menos US\$ 21 trilhões o total de recursos expatriados no mundo, valor equivalente ao PIB somado dos EUA e do Japão, nas mãos de 10 milhões de investidores. Deste montante, cerca de US\$ 9,8 trilhões pertencem a apenas 91 mil pessoas, ou 0,001% da população mundial.

Até o fim de 2010, os 50 maiores bancos privados do mundo administravam US\$ 12,1 trilhões em ativos investidos além das fronteiras dos países de origem dos recursos. O volume era de US\$ 5,4 trilhões em 2005, um crescimento anual da ordem de 16% nesse período. Os bancos que detêm o maior volume de recursos desta natureza são os suíços UBS e Credit Suisse e o estadunidense Goldman Sachs. “Esses bancos agem, principalmente, abordando as elites de países exportadores de riquezas minerais (petróleo, minério de ferro, pedras preciosas) – inclusive os africanos – para que enviem seus recursos ao exterior”, afirma o diretor da *Tax Justice Network* John Christensen. Na América Latina, além do Brasil, México (US\$ 417 bilhões), Venezuela (US\$ 406 bilhões) e Argentina (US\$ 399 bilhões) estão entre os 20 países cujas elites mais enviaram dinheiro a paraísos fiscais ao longo das últimas três décadas. O autor do estudo ressalta que a desigualdade no mundo é muito maior do que a estimada nos trabalhos já realizados sobre o tema, uma vez que estes não levam em conta os valores expatriados pelos super-ricos do mundo, considerando apenas a renda das pessoas, basicamente decorrente de salários. Assim, a desigualdade de riqueza aprofunda absurdamente a desigualdade de renda.

Uma economia crescentemente desnacionalizada, com os centros de decisão das empresas deslocados para o exterior, num contexto de extrema concentração de riqueza nas mãos de um reduzido número de pessoas, com fortunas familiares que superam em muito o PIB da maioria dos países do planeta: eis a correlação de forças do mundo em que vivemos.

Particularmente, a elite brasileira, completamente desenraizada em seu próprio país, é incapaz de se reconhecer na sofrida história latino-americana e por isso projeta suas raízes nos países do centro do sistema capitalista, de onde importa costumes, valores e modas estéticas e intelectuais. O desenraizamento da elite brasileira determina seu padrão de consumo. E, com consequências ainda mais dramáticas, influencia o espelhamento da classe trabalhadora nos padrões globais de consumo e na forma de vida defendida pela elite brasileira. O desejo de consumir como a elite consome passa a condicionar o horizonte político de ação dos trabalhadores, estreitando suas lutas emancipatórias e reduzindo-as aos limites estreitos do corporativismo sindical, cuja direção torna-se presa fácil para a cooptação pelos interesses empresariais. O estudo verificou que a maior parte dos países que possuem dívidas externas é, na verdade, credor, quando se computam os recursos depositados em paraísos fiscais. O problema é que esta riqueza, sob controle das elites locais, está expatriada, enquanto a dívida é paga por todos os cidadãos. Como escreveu Simone Weil, “o dinheiro destrói as raízes por onde vai penetrando, substituindo todos os motivos pelo desejo de ganhar (...). Nada mais claro e simples que uma cifra” (*A condição operária e outros estudos sobre a opressão*, 1943).

Diante de tamanho desafio, é alentador recorrer à força utópica de Carlos Drummond de Andrade: “Tantos pisam este chão que ele talvez / um dia se humanize (...) / Nossos donos temporais ainda não devassaram / o claro estoque de manhãs / que cada um traz no sangue, no vento” (“Contemplação no banco”, *Claro Enigma*, 1951).